

## A REINSERÇÃO METROPOLITANA E SUBORDINADA DA EUROPA OCIDENTAL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Luiz Felipe Osório<sup>1</sup>

**Resumo:** De modelo para o futuro das relações internacionais, a União Europeia, em meio a graves crises e a insurreições populares, vai perdendo a sua aura de superioridade e se revelando um grande engodo. Partindo da definição de Poulantzas de condição metropolitana e subordinada da Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra, será discutida a reinserção europeia no centro da acumulação capitalista, porém, subserviente aos Estados Unidos, bem como suas implicações, como o regionalismo e seu viés mais reluzente, a integração econômica via União Europeia. Por meio da leitura do materialismo histórico dentro da Economia Política Internacional sobre esse processo de constituição da União Europeia é possível explicar em grande parte as contradições e encruzilhadas atuais.

**Palavras-chave:** União Europeia. Geopolítica. Organizações Internacionais. Sistema Capitalista de Estados. Integração regional.

### THE METROPOLITAN AND SUBORDINATE REINTEGRATION OF WESTERN EUROPE IN THE POST-SECOND WORLD WAR

**Abstract:** As a model for the future of international relations, the European Union, in the midst of serious crises, insurrections and wars, is losing its aura of superiority and revealing itself to be a great decoy. Starting from Poulantzas' definition of the metropolitan and subordinate condition of Western Europe in the post-Second World War, the European reinsertion in the center of capitalist accumulation will be discussed, however, subservient to the United States, as well as its implications, such as regionalism and its most brilliant sector, the economic integration via the European Union. By reading the historical materialism within the International Political Economy about this process of constitution of the European Union, it is possible to largely explain the current contradictions and crossroads.

**Keywords:** European Union. Geopolitics. International Organizations. Capitalist System of States. Regional integration.

### LA REINTEGRACIÓN METROPOLITANA Y SUBORDINADA DE EUROPA OCCIDENTAL EN LA POST-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

**Resumen:** Como modelo para el futuro de las relaciones internacionales, la Unión Europea, en medio de graves crisis, insurrecciones y guerras, está perdiendo su aura de superioridad y revelándose como un gran señuelo. Partiendo de la definición de Poulantzas de la condición metropolitana y subordinada de Europa Occidental en la post-Segunda Guerra Mundial, se discutirá la inserción europea en el centro de la acumulación capitalista, sin embargo, subordinada a Estados Unidos, así como sus implicaciones, tales como como el regionalismo y su sesgo más brillante, la integración económica a través de la Unión Europea. Al leer el materialismo histórico

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, Brasil, [luizfelipe.osorio@gmail.com](mailto:luizfelipe.osorio@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0001-6058-7809>

dentro de la Economía Política Internacional sobre este proceso de constitución de la Unión Europea, es posible explicar en gran medida las contradicciones y encrucijadas actuales.

**Palabras clave:** Unión Europea. Geopolítica. Organizaciones internacionales. Sistema capitalista de estados. Integración regional.

## Introdução

A União Europeia<sup>2</sup> ganhou os holofotes do mundo a partir do momento em que sua construção simbolizou a emergência de novos tempos. Desde as primeiras iniciativas conjuntas, a integração europeia sinalizava uma tentativa de instalar a paz, após guerras catastróficas, pela cooperação interestatal, notadamente a econômica. Assim, após uma trajetória gradual e assimétrica, a condensação de todos os acordos sob um mesmo comando político, uma organização internacional, projetava o alcance do ápice, a concretização de uma nova era nas relações internacionais, aquela que viria a substituir o malogro da anterior, alicerçada na soberania política dos Estados nacionais<sup>3</sup>.

O debate não é recente; remonta a diversas fases do passado<sup>4</sup>. O que ressalta o período em questão foi a euforia e a capilaridade que contaminaram as sociedades em torno do ideal de unificação. Com a ressignificação e contextualização do conceito, parecia que se chegava ao ápice de um longo processo, no qual os países conseguiriam atingir um elevado grau de desenvolvimento rumo à paz perpétua<sup>5</sup> e à prosperidade permanente pela via da cooperação e da interdependência econômica. Os processos de integração regional expandiram-se pelo mundo e viraram objeto de estudo em diversas áreas das ciências humanas e sociais. Havia um consenso na literatura especializada que o parâmetro de modernidade, ou seja, de rompimento com o interregno anterior (de guerras sistêmicas e de rivalidades interestatais em solo europeu), seria a União Europeia, a qual se constituiria em espelho para outras regiões<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Este estudo entende que o projeto comunitário do pós-Segunda Guerra Mundial desdobrou-se com o tempo na União Europeia. Tecnicamente a organização somente ganhou esse nome em 1992, com o Tratado de Maastricht. E somente se tornou organização internacional, com a entrada em vigor dos Tratados de Lisboa, de 2007, quando adquiriu finalmente personalidade jurídica internacional.

<sup>3</sup> Para mais sobre essa perspectiva ver Habermas, 1995.

<sup>4</sup> Os projetos e discussões anteriores de Europa estão bem sintetizados em Trein (2008).

<sup>5</sup> Referência à obra de Kant (2008).

<sup>6</sup> Para estudos comparativos entre a Europa e outras regiões, como a América do Sul, ver Osório (2016).

A Europa Ocidental era o modelo. A ilusória sensação de êxito justificava-se por um olhar menos atento aos efeitos de relativa paz militar (haja vista a não ocorrência de conflitos sistêmicos em território europeu desde 1945)<sup>7</sup> e de aparente prosperidade socioeconômica, somados às inovações técnicas e jurídicas trazidas pela forma do projeto comunitário. Esse íterim coincide, não fortuitamente, com uma intensa euforia liberal, justificada pela difusão do ideário da globalização financeira e pela retórica triunfalista e expansionista estadunidense. Nesse panorama, a concretização da União Europeia inspirava uma configuração com fulcro em blocos econômicos, unidades imperiosas e inevitáveis, que iniciariam uma nova forma de competição, com menos concorrentes, mas mais acirrada, consonante com a economia política predominante à época (HIRSCH, 2010).

Diferentemente de ideais e projetos de um passado longínquo, os termos que balizaram as visões modernas eram aqueles do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, que foi se transformando com o tempo. Além de uma geografia bem delimitada<sup>8</sup> (porção ocidental do continente), a ressignificação e a contextualização do conceito trazem o elemento político-econômico em seu âmago. As concepções ventiladas a partir desse interstício carregavam a apropriação burguesa do internacionalismo, ou seja, as causas das duas guerras mundiais foram identificadas como fruto das rivalidades interestatais, desencadeadas, mormente, pelos conflitos comerciais e por áreas de expansão dos negócios. A soberania estatal era o fermento dos impasses, devendo os países se alicerçar em vínculos econômicos estreitos, de maneira a que os interesses comuns impedissem o recurso às armas. Essa ideia abstrata foi concretizada pela emergência da hegemonia estadunidense, reconfigurando o mundo conforme suas bases. Nessa toada, a experiência de integração na Europa Ocidental, dividida, enfraquecida e ocupada, serviu de laboratório para a implementação do liberalismo econômico internacional (ANDERSON, 2012). Com efeito, os dois marcos das transformações do capitalismo, e conseqüentemente da hegemonia estadunidense, no sistema de Estados foram os grandes momentos de inflexão na trajetória comunitária. Se o parâmetro inicial foi o de 1945 em diante, o final da Guerra Fria e o dito advento da globalização (bem como

---

<sup>7</sup> Esta afirmação é bem problemática e ilusória. O fato é que de 1945 a 1992, a Europa gozou, em relação aos períodos anteriores, de um interregno de não verificação de conflitos militares em seu território, o que não significa muito, pois dependeu muito mais de fatores externos do que da própria dinâmica interna.

<sup>8</sup> Braudel (1996) discute a relação entre a geografia e a política europeia na definição do que é Europa, assim como Baumann (2006) e Wallerstein (2007), cada qual à sua maneira, promovem um debate crítico interessante sobre as particularidades desse conceito de região.

a retomada da hegemonia americana) cravaram a bandeira de correção de rumos da integração regional que, com a concretização da União Europeia, que parecia ter atingido seu ápice. O propalado auge envolvia o estreitamento da interdependência e da cooperação econômica ao ponto de se estabelecer uma governança própria, não coincidente com a dos Estados nacionais, que, por isso, seria mais propensa ao fomento da paz entre os membros<sup>9</sup>.

O entusiasmo com o alcance de níveis inéditos de desenvolvimento institucional e normativo de uma organização internacional alastrou-se pela doutrina tradicional, contaminando também setores à esquerda<sup>10</sup>. O vácuo que trouxe as esquerdas após derrotas e transformações do capitalismo nas últimas décadas de século XX permitiu que a discussão teórica sobre o experimento europeu restasse adormecida e, conseqüentemente, eclipsada pelas vertentes liberais, empolgadas com a intensificação da internacionalização das relações de produção. As brumas de júbilo e ode às conquistas da integração logo foram, todavia, dissipadas. Já ao final da primeira década do século XXI as fraturas começavam a incomodar e, por conseguinte, a instigar a crítica. Embora as perspectivas alternativas se fizessem permanentemente presentes ao longo dos anos, o ínfimo espaço que ocupavam foi crescendo gradativamente a partir dos desdobramentos da crise internacional que descortinava as feridas do projeto europeu.

A integração regional nos moldes da União Europeia atingiu o segundo decênio do século XXI criticada e questionada, em uma posição diametralmente oposta àquela de outrora. Tanto que no final dos anos 2000 houve a revisão do entusiasmo, caracterizando a inflexão nas visões doutrinárias que passaram a ser bem mais comedidas<sup>11</sup>. A crise internacional de 2008 trouxe as economias europeias explicitou as fraturas do neoliberalismo. Principalmente, na Grécia, a tensão social e a contestação em massa aumentaram exponencialmente. O ocaso econômico mundial que levou de roldão a área monetária comum atingiu o cerne da utopia liberal. Justamente o setor mais desenvolvido da perspectiva da cooperação e da interdependência, o monetário, que norteou a trajetória das iniciativas comunitárias, respaldado por um robusto emaranhado institucional e normativo, ruiu, abrindo uma fissura indisfarçável na primeira tempestade atravessada. A realidade mostra que,

---

<sup>9</sup> Para uma compreensão desse processo a partir de um gradualismo econômico ver Balassa (1975).

<sup>10</sup> O que era muito presente em autores que a viam como um construto avançado da pós-modernidade, como Cox (2007).

<sup>11</sup> Para um exemplo de obras mais recentes que trazem críticas ao processo ver Pecequillo (2014).

longe das fantasias, as interpretações mais difundidas sobre integração regional encontram limites irreconciliáveis. Hoje, elas falam em paradoxo, enigma, defeitos, culpabilizam a política dos Estados ou defendem mais institucionalidade e/ou mais normatividade como soluções aos impasses. E são elas que sempre apontaram as saídas e ainda predominam. No decorrer da trajetória comunitária o que se viu foi, nos momentos de debacle, a opção pelo aprofundamento da cooperação e da integração, ou seja, o horizonte da economia política liberal não foi em nenhum momento superado.

Momentos de crise, como ocorreu, sobretudo, na Grécia, na saída do Reino Unido, durante a pandemia da COVID-19, agora, com a Guerra na Ucrânia e o fracasso das sanções à Rússia, são episódios que se tornam mais frequentes, aguçando ainda mais o ceticismo e o rechaço popular da proposta. A compreensão de questões atuais perpassa a investigação das raízes históricas e geopolíticas desse processo, capazes de explicar o porquê desse arranjo do pós-guerra parecer imutável a despeito das crises e catástrofes, as quais o continente e suas populações experimentam. Por isso, este artigo se propõe a destrinchar, pela lente dos autores da Economia Política Internacional, a partir da vertente do materialismo histórico e dialético, esse rearranjo europeu na configuração mundial de hegemonia estadunidense.

Com isso, este artigo será estruturado em três capítulos. O primeiro aborda o contexto europeu em meio à ascendência da hegemonia estadunidense, demonstrando implicações e elementos que vieram a embasar a nova relação que viria a ser estabelecida entre as regiões. O segundo destrincha a reinserção europeia no sistema internacional a partir do conceito de Poulantzas, de condição metropolitana e subordinada, delineando os três pilares que sustentam a estratégia. Por fim, o terceiro aprofunda os debates europeus sobre o regionalismo e o viés mais reluzente dessa dinâmica, a integração econômica via União Europeia, traçando um panorama dos desdobramentos da nova posição europeia no mundo.

### **O contexto europeu na hegemonia americana**

A região, que foi o epicentro mundial desde o século XVI, viu-se uma posição ímpar dentro do sistema capitalista de Estados. Destruída materialmente, com consideráveis perdas humanas e demográficas, bem como ocupada militarmente por duas potências estrangeiras, a Europa sentia o peso da eclosão de duas guerras em seu território. Fundamental para a gestação e difusão da ordem internacional, apesar da devastação, ela ainda concentrava grandes potências imperialistas, cada qual com suas particularidades. Muita incerteza ainda pairava sobre os novos rumos do continente, principalmente em relação à capacidade da União Soviética em manter sua influência sobre os territórios a leste que ela libertara do jugo nazista. Os povos europeus, massacrados pelo conflito, se insurgiram, impondo a necessidade de mudanças, o que ficou claro com a ascensão dos partidos socialistas por toda a Europa (JOXE, 1977). Ao leste, eles tomaram o poder com o apoio soviético; a oeste, os Estados Unidos, em função dos laços históricos e econômicos com as burguesias nacionais, promoveram uma série de mudanças que foi permitindo a manutenção burguesa no poder mediante concessões sociais importantes, na tentativa de neutralizar o furor revolucionário. Nesse sentido, principalmente a partir de Alemanha e França, iniciou-se uma articulação conjunta que buscava promover a recuperação econômica e a cooperação política, tendo sempre o Reino Unido à margem, correndo em paralelo.

No convencimento das frações burguesas e populares da Europa e dos Estados Unidos, foi manipulada e usada à exaustão a ideia de contenção da influência soviética sobre os regimes ocidentais, materializada na Guerra Fria, explorando as debilidades nacionais do pós-1945. Em que pese a não constituição de uma ameaça militar real às forças estadunidenses, ante a desproporção da capacidade bélica (que se deve à fragilidade material soviética devido ao desgaste da guerra e ao fato dos norte-americanos já terem experimentado seu arsenal atômico)<sup>12</sup>, a influência comunista era inevitável, principalmente no campo das ideias políticas. Os partidos comunistas capitalizaram grande força política com a resistência aos regimes nazi-fascistas e com um discurso favorável a medidas sociais e intervenção estatal na economia. Assim, os Estados Unidos passaram a intervir diretamente e explicitamente na Europa Ocidental, a partir da eclosão da Doutrina Truman, denotando o início da Guerra Fria. A disputa entre Estados Unidos e União Soviética concedeu a tônica do período do pós-guerra. A rivalidade alterou, indubitavelmente, os rumos na Europa

---

<sup>12</sup> Não demorou muito para que a União Soviética também viesse a experimentar seu arsenal atômico, registrado em 29 de agosto de 1949.

(HELLEINER, 1994). O resgate e a inflação do perigo socialista, que aterrorizava as elites burguesas desde a Revolução Russa, contribuíram para o enquadramento das burguesias europeias à dominância americana sem muita resistência. Nesse diapasão, a lógica do inimigo externo foi instrumentalizada pelo governo estadunidense para dois importantes objetivos, um externo e outro interno.

O primeiro era para angariar apoio das burguesias europeias, de forma que aceitassem uma posição minoritária no condomínio de poder mundial em nome de sua manutenção no controle do Estado (JOXE, 1977; POULANTZAS, 1975). Esse movimento foi articulado para que a imposição estadunidense parecesse um pacífico consentimento europeu. Os norte-americanos utilizaram o discurso do medo da implantação de um regime socialista, que colocaria as elites burguesas em posição de inferioridade, o que legitimou, em grande medida, a ajuda americana. Assim, consolidou-se, para muitos, o atlantismo das burguesias do Norte<sup>13</sup>.

O segundo relaciona-se ao contexto interno. O governo estadunidense, então democrata, firme na defesa de seu complexo industrial-militar, soube reverter as tensões soviético-americanas para obter do Congresso a aprovação para uma atuação mais incisiva na parte europeia ocidental, tanto do ponto de vista militar quanto financeiro. Sem o discurso alarmista não se obteria o apoio do Congresso norte-americano para o financiamento de alta monta à reconstrução europeia, que ocorreu à margem do sistema de Bretton Woods. Nesse sentido, o fenômeno da Guerra Fria foi vital para direcionar, justificar e implementar a estratégia estadunidense para a Europa Ocidental.

Afinal, os Estados Unidos tiveram participação decisiva na frente ocidental do conflito e emergiram dos escombros com um poder inquestionável. Já durante<sup>14</sup> o próprio conflito e em seus estertores<sup>15</sup> foram costurados acordos que caminhavam para uma configuração mundial sob o domínio estadunidense, que, com o tempo, passou a ser designado como hegemonia. Para Poulantzas (1969), a hegemonia não se reduz, todavia, somente à esfera institucional, formal, mas se manifesta também

---

<sup>13</sup> Para mais ver VAN DER PIJL (2012).

<sup>14</sup> Carta do Atlântico, de julho de 1941, é a denominação para o acordo de cavalheiros (*gentlemen's agreement*) assinado por Winston Churchill e Franklin Roosevelt, no qual se estabelecia os termos para o suporte estadunidense para os aliados na guerra contra o Eixo. O acordo significou o reconhecimento expresso da transição hegemônica, bem como resultou no imediato programa bélico e logístico de apoio à resistência britânica, o qual, posteriormente, foi estendido a outros países, o *Lend and Lease*, que visava ao reaparelhamento militar sob condições favoráveis aos Aliados necessitados.

<sup>15</sup> As Conferências dos Aliados que se iniciaram ainda em 1942 e terminaram em agosto de 1945 delinearão as bases do mundo a partir da Segunda Guerra Mundial, dando muitos contornos que ainda se mantêm hoje.

no âmbito das práticas internacionais. O que pode ser verificado mais claramente com exemplos.

Na esfera institucional ou formal, a hegemonia garante um grau considerável de cristalização de relações particulares no aparato formal, visto que traduz interesses específicos e concilia as demandas subordinadas, de modo a manter a dominância permanente. Nessa lógica inserem-se as instituições formais do contexto do pós-Segunda Guerra, como os organismos de Bretton Woods (FMI e BIRD), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o GATT<sup>16</sup>, responsável pela garantia do livre comércio, instituições políticas, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e a militar, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por meio delas reverbera-se a estrutura desigual da ordem internacional. Dentro desse panorama, a rede de dominação formal é complementada com a reprodução na esfera regional desta dinâmica. Assim, também são criadas organizações internacionais temáticas dentro dos continentes mais afinados com a dinâmica ocidental, como América e Europa. Nesse diapasão, a concretização da dominância norte-americana no mundo passava pela reconstrução da Europa nestes moldes formais.

No tocante às práticas internacionais, ou seja, não institucionalizadas, é possível elencar a importação do *welfare State* e do *American way of life* e, inclusive, o estabelecimento do dólar como moeda referência no sistema monetário-financeiro internacional, o qual não é uma instituição formalizada, mas uma fundamental prática, ancorada inicialmente no ouro, ficando conhecida como padrão dólar-ouro.

Em suma, o destino da Europa no contexto de hegemonia estadunidense vai sendo moldado dentro dessa dinâmica.

### **A reinserção metropolitana e subordinada da Europa Ocidental**

Desse modo, o arranjo do pós-guerra concedeu contornos pragmáticos, que em nada se espelha em ideais europeístas de outrora, mas, sim, foi fruto de um contexto marcado no tempo e no espaço. Logo, é fundamental compreender que o processo eclodido não é um produto voluntário dos países europeus que, abalados pelas proporções das guerras, inclinaram-se à paz. Não obstante a retórica oficial

---

<sup>16</sup> Acordo anexo, que não configurava um organismo em si, que compunha a Organização Internacional do Comércio, criada em 1947. A não aprovação pelo Congresso estadunidense obstaculizou a consolidação desta instituição. Somente o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement on Trade and Tariffs*) obteve chancela. Provisório, durou de 1947 até 1994 como o principal instrumento do sistema de livre comércio. Em 1995, foi absorvido pela Organização Mundial do Comércio.

buscar legitimar-se nas ideias europeístas e pacifistas, o projeto regionalista possui condicionalidades únicas, influenciado pelas circunstâncias internacionais.

No pós-1945, avistava-se uma nova configuração internacional que já não era mais dominada pelas potências imperialistas europeias, que se revezaram no papel protagonista durante séculos. Ao continente europeu, em sua porção ocidental, tendo em vista as circunstâncias regionais, foi atribuída uma estratégia peculiar, diferente, por exemplo, da posição periférica relegada à América Latina. Mesmo abalada, a Europa ainda reunia grandes potências imperialistas, cujo comando ainda estava nas mãos de influentes burguesias (com vínculos estreitos com os capitais estadunidenses) e cuja extensão territorial colonial se alargava pelo mundo, o que dificultava um eventual desmonte automático. Os laços entre as elites ocidentais, notadamente as anglo-saxônicas, são historicamente próximos. Ademais, o capital norte-americano necessitava de competição que acirrasse a exploração para expandir-se, o motor da reprodução capitalista em âmbito internacional (FIORI, 2007).

Ao mesmo tempo, na posição hegemônica, fazia-se inevitável que os capitais estadunidenses, apoiados pelo vetor estatal nacional extrapolassem suas fronteiras e impusessem aos europeus a relação de dominação e dependência própria do imperialismo. A ingerência e o espraiamento do capital estrangeiro, principalmente o norte-americano, desempenharam papel fundamental na reconstrução do continente. Após as debilidades e a instrumentalização da Guerra Fria, as burguesias europeias ocidentais, em posição frágil, consentiram, em maior ou menor grau, com a subjugação mediante contrapartidas. Em virtude disto, é possível caracterizar a reinserção europeia na ordem capitalista (POULANTZAS, 1975). Metropolitana, uma vez que as grandes potências europeias ainda estariam no centro imperialista do eixo dinâmico de acumulação do capital (em condição de explorar as partes periféricas e acirrando a competição com os Estados Unidos). Subordinada, pois, ao mesmo tempo, dentro do núcleo de poder, nas relações interimperialistas, sofre a exploração dos capitais e as imposições do poder estadunidense.

A partir da posição metropolitana e subordinada, o regionalismo europeu foi sendo erigido. Essa construção ocorreu sobre três pilares, a partir dos quais se viabilizou as condições necessárias para a manutenção das burguesias no controle

político dos Estados e a penetração da hegemonia estadunidense no continente. O primeiro vetor, político-social, priorizou a vitória política das burguesias, mediante concessões do capital ao trabalho via modelo de bem-estar social. O segundo prisma, militar, tocou a segurança e a estabilidade interna via Aliança Atlântica. O terceiro viés, geopolítico, abrangeu o atrelamento da Alemanha às questões econômicas da região, como saída para neutralizar o ímpeto expansionista das elites germânicas e seu concerto com as europeias. Essas garantias viabilizaram os diversos projetos regionais, os quais se estruturaram seguindo aos padrões hegemônicos em maior ou menor medida. Imbuído dessa percepção, pode-se dizer que o entrelaçamento destas três colunas amalgamou o regionalismo europeu no pós-Segunda Guerra.

### **O pilar político: a socialdemocracia europeia**

Com as fraturas expostas das burguesias europeias, agravadas pela ameaça que representava a ascensão da União Soviética, as elites nacionais consideraram como factível a hipótese de perder o controle político dos seus respectivos Estados. Nos países ocidentais, não havia, quer condições materiais, quer respaldo ideológico para a manutenção das medidas ortodoxas defendidas pelo liberalismo mais extremado, praticado fortemente antes das duas guerras mundiais e durante o interregno. As burguesias viam-se em uma posição acuada, sendo obrigadas a ceder internamente para não serem destituídas. O exercício do capitalismo em suas formas ortodoxas já conduziu os europeus a uma crise sem precedentes. Mesmo forçando o retorno ao liberalismo, as parcelas mais tradicionais burguesas estavam atreladas ao fracasso da crise econômica dos anos 1930 e à ampla colaboração com regimes autoritários. Como entendia Polanyi (2012), o mito do mercado autorregulável (que influenciava os três pilares da ordem pré-Primeira Guerra: Estado liberal, padrão ouro e equilíbrio de poder) perdia sentido ante as circunstâncias débeis. O próprio modelo de recuperação econômica e manutenção do poder político pela burguesia, aplicado nos Estados Unidos, o *welfare State*, serviu de base para uma guinada, saindo das pretensões financeiras mais ortodoxas em direção ao dirigismo do Estado na economia, especialmente no tocante a políticas públicas de estímulo à demanda agregada (HIRSCH, 2010).

O lapso temporal de 1945 a 1947 comprovou que, sem as concessões às demandas salariais e por direitos das classes trabalhadoras, os governos burgueses capitulariam às correntes mais radicais à esquerda, alimentando a plausibilidade da revolução (nos moldes da Russa, de 1917). Logo, a posição ortodoxa dos financistas necessitava ser relativizada, mediante um compromisso político e econômico entre capital e trabalho, que travasse as mudanças mais profundas. A experiência exitosa da burguesia estadunidense servia de molde para as elites europeias (JOXE, 1977). A saída para a crise dos anos 1930 ocorreu pela via do estímulo à demanda agregada na economia. As concessões feitas aos trabalhadores aliviaram a pressão política e a guerra foi instrumentalizada para um esforço da produção, no sentido de acelerar o crescimento do complexo militar-industrial, alavancado no ressurgimento dos elevados níveis da produção. A opção pelo desenvolvimentismo aliado ao bem-estar social impactava no consenso em torno da recuperação industrial nos Estados europeus.

Com isso, episodicamente em face às circunstâncias, os financistas ortodoxos aceitaram alterar suas convicções, abrindo concessões. O arranjo (que veio se mostrar temporário a partir da recuperação das posições privilegiadas dos capitais na década de 1970 em diante) foi realizado por meio do modelo de bem-estar social, conduzido via expansão de políticas e direitos sociais, na prática de uma economia política voltada ao crescimento e ao pleno emprego. As forças moderadas da direita se conciliaram com os social-democratas para formar coalizões voltadas à recuperação econômica pela via heterodoxa, ou seja, com ampla intervenção estatal, bem diferente do que pregavam os puristas na década de 1930 (HELLEINER, 1994). Fundou-se um acordo capitalista com bases liberais que contou com a vasta presença do Estado no equilíbrio macroeconômico. Costurou-se, assim, na aliança com a esquerda moderada, o Estado de bem-estar social, com clara inspiração no modelo estadunidense da década de 1930. Optou-se por uma solução de compromisso entre capital e trabalho. A salvação das premissas capitalistas deu-se pela reforma do Estado e pelo rechaço ao purismo econômico, mas ainda em bases capitalistas.

A incorporação da pauta desenvolvimentista pavimentou o caminho político para aplacar as demandas dos partidos trabalhistas e dos sindicatos

(EICHENGREEN, 2000). Nesse diapasão, o pleno emprego, a industrialização e a modernização tornaram-se, em diferentes países, em razão das experiências da década de 1930 e durante a guerra, escolhas políticas inevitáveis (MILWARD, 1984; HELLEINER, 1994). As coalizões lideradas pelos democratas-cristãos ascenderam ao poder, algumas em conciliação com os partidos socialistas, e foram instadas às rédeas estatais pela reorganização do pós-guerra e apoio americano explícito.

Nesse sentido, as vitórias eleitorais dos partidos moderados na Itália, como a União Democrática Cristã, e na França, como o Partido Socialista, bem como a indicação de Konrad Adenauer, da União Democrática Cristã, na Alemanha Ocidental, indicaram que as prometidas mudanças estruturais não viriam e que a burguesia conseguira manter-se no controle do Estado (o que só veio a ser contestado posteriormente). A esquerda institucionalista demonstrou sua força nas eleições, nos países que se submeteram às urnas, como a vitória dos trabalhistas na Inglaterra<sup>17</sup>, mas também o elevado apelo popular de coalizões políticas que envolviam os partidos comunistas na França, na Itália, na Grécia e na Turquia (o que levou à intervenção direta dos Estados Unidos nos dois últimos casos). Com isso, nota-se que o modelo de bem-estar social foi determinante para que as forças revolucionárias não ascendessem ao poder e controlassem o aparato estatal.

### **O pilar militar: a Aliança Atlântica**

Havia a necessidade de uma pacificação duradoura nos moldes burgueses no continente. Dada a experiência das duas guerras mundiais, era fundamental o estabelecimento de um contexto de paz militar que garantisse um mínimo de estabilidade. O apelo pela reinserção forte da porção ocidental, sobretudo na defesa e manutenção dos impérios coloniais, garantia certa coesão entre as frações governistas e um quórum elevado para o início dos debates. Junto com os interesses internacionais, as burguesias nacionais tinham a consciência de que as rivalidades internas precisavam ser pacificadas, para gerar certa estabilidade comercial e evitar o retorno dos conflitos sistêmicos interimperialistas, comprovadamente destrutivos. As guerras generalizadas atrapalhavam as finanças na Europa (POLANYI, 2012).

Levando em conta os erros cometidos nos arranjos do pós-Primeira Guerra Mundial, era preciso criar um clima ameno entre os europeus, rechaçando os

---

<sup>17</sup> O maior indicativo desta transformação foi a derrota do conservador e herói de guerra Winston Churchill nas eleições para o cargo de primeiro-ministro em maio de 1945 para o líder do partido trabalhista Clement Attlee, que introduziu o modelo de bem-estar social no país.

sentimentos revanchistas. Sem a estabilidade devida, outros conflitos entre potências imperialistas emergiram, como os próprios Estados e o Japão. A neutralização das históricas ambições expansionistas germânicas pela Europa era condição indispensável para o retorno de um equilíbrio longo. As burguesias, principalmente a francesa e a inglesa, nutriam receio das aspirações militaristas na Alemanha (JOXE, 1977). Havia consenso entre europeus e americanos que a Alemanha não deveria ficar neutra em eventuais embates com a União Soviética, mas que seu lugar era alinhado às potências ocidentais.

Em um processo influenciado pelos capitais como a construção do regionalismo europeu, não se pode desconsiderar o poder do militarismo. Ao longo da trajetória do sistema capitalista, verifica-se que o belicismo acompanha as etapas de acumulação e as transformações históricas. Nesse diapasão, a aliança militar dirigida por Washington encontrava-se entre as exigências da hegemonia estadunidense, ao lado da abertura dos mercados europeus para os produtos e capitais norte-americanos. A Aliança Atlântica eclodiu pela projeção dual: “[...] cooperação econômica atlântica se baseia na transnacionalização do capital financeiro e a cooperação militar na existência de um complexo militar industrial atlântico.” (JOXE, 1977, p. 282).

A formalização do arranjo de cooperação militar traduziu-se na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN<sup>18</sup>, responsável pela defesa coletiva, funcionando como um dos pilares da hegemonia estadunidense. A subordinação europeia está presente em toda sua estruturação formal e material. Por exemplo, antes da adesão, o país candidato deve celebrar, como condição necessária, um acordo bilateral de defesa com os Estados Unidos (JOXE, 1977). O armistício contratual explicita claramente os desígnios da Aliança Atlântica.

Os europeus chegaram até a ensaiar um concerto militar independente, que naturalmente foi malfadado. A primeira tentativa nasceu antes mesmo da formalização da Aliança Atlântica, mas já dentro dos moldes regionalistas do pós-guerra, ou seja, inserida na configuração da hegemonia estadunidense, pela via da União Ocidental<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Apesar de não ser eminentemente europeia, haja vista a presença e a liderança dos países da América do Norte, Estados Unidos e Canadá, a Organização do Tratado do Atlântico Norte desempenha papel relevante na dinâmica europeia, pois abrange um número considerável de países europeus, sendo que todos os países comunitários são Estados membros da organização militar. Foi criada em 4 de abril de 1949, possuindo órgãos e personalidade próprios. A despeito da ausência de previsão legal no ordenamento comunitário, é a OTAN que, na prática, exerce as competências de defesa militar na área comunitária.

<sup>19</sup> A União Ocidental foi criada em 17 de março de 1948, pelo Tratado de Bruxelas, com objetivo voltado à defesa militar mútua, nos moldes da solidariedade hemisférica inspirados na Doutrina Monroe e na

Posteriormente, com uma existência bem mais exígua, surgiu dentro dos debates europeístas, como resposta à proposta de rearmamento da Alemanha, apresentada pelo Secretário de Estado americano, a Comunidade Europeia de Defesa<sup>20</sup>, prevista pelo Plano Pleven<sup>21</sup>. Ela seria composta por forças multinacionais que trajariam o mesmo uniforme. Dela não faria parte a Grã-Bretanha. Sua concretização seria mais uma exigência francesa para a segurança e manutenção da aliança com os Estados Unidos. Apesar de inicialmente combatido, o projeto foi aceito pelos estadunidenses, mas não adquiriu longevidade. Logo em 1955, a discussão foi encerrada com a rejeição de camadas nacionalistas e socialistas da própria França. O atrofiamento das iniciativas autônomas ocorreu muito em face de algumas frações burguesas europeias, reiterando a contradição. As elites nacionais suportaram essa condição subalterna em nome do arranjo que lhe garante no poder. O atlantismo é nodal, portanto, na consecução dos objetivos de paz militar e garantia de governabilidade às classes burguesas.

Ademais, o setor bélico é mais uma aresta de entrada e reprodução do capital monopolista estadunidense. O complexo militar-industrial norte-americano foi o propulsor da recuperação durante a década de 1930, tendo saído da guerra ainda mais fortalecido. “A produção de armas e equipamentos para uso militar permite às grandes corporações a realização de lucros particularmente elevados. Isto, por si só já, teria um papel vitalizante sobre o conjunto da economia” (CASTRO, 1979, p. 28). Além de mercado consumidor para seus produtos, as empresas americanas fusionaram-se às europeias (sobretudo alemãs), constituindo verdadeiros conglomerados voltados à exportação de material bélico.

Esse arranjo atlantista, com o tempo, foi se alterando, sem perder a mediação militar. Mesmo com a dissolução da União Soviética e a retirada de suas tropas do Leste Europeu, o atlantismo permanece, visto que, muito antes de uma barreira de contenção aos ideais socialistas, esse vetor se configura o sustentáculo

---

sua formalização pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Inicialmente, contavam como membros originários: França, Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Ressaltava a ausência de Alemanha Ocidental e Itália, inicialmente. Com a adesão de ambos pelo Tratado de Paris, em 1954, a instituição passou a se chamar União da Europa Ocidental. A organização internacional foi perdendo sua relevância gradativamente desde o fracasso da Comunidade Europeia de Defesa em 1954 até sua extinção em 2011. Suas instalações e materiais administrativos são incorporados pelo Centro de Satélites da União Europeia, de acordo com a Resolução 297 do Conselho da União Europeia, decisão de 23 de maio de 2011.

<sup>20</sup> Nela, ao invés do rearmamento das forças alemãs, era expressa a formação de uma força militar europeia conjunta, sem o respaldo de um Estado nacional específico. Os próprios franceses, nacionalistas representados por Charles De Gaulle, rechaçaram a ideia após debates polêmicos.

<sup>21</sup> Similar ao Plano Schuman e também elaborado por Jean Monnet, o nome deste plano faz alusão ao presidente francês, em 1951, René Pleven.

militar do regionalismo europeu, garantindo as burguesias nacionais no controle dos Estados e a hegemonia estadunidense no continente. Nesse panorama a Aliança Atlântica guarda interface direta com o prisma geopolítico da reinserção metropolitana e subordinada da Europa Ocidental.

### **O pilar geopolítico: o lugar da Alemanha na Europa**

A experiência acumulada no pós-Primeira Guerra Mundial indicava que o tratamento dispensado à derrotada Alemanha<sup>22</sup> merecia atenção. A segurança europeia, no sentido pleno da palavra, não dependia crucialmente do exército alemão, mas, sim, de sua pujança econômica (MILWARD, 2000). Restava fundamental enquadrar as elites germânicas na lógica ocidental (mediante uma postura menos agressiva em relação às elites francesas e anglo-saxônicas). Com fulcro nessa percepção, a estratégia estadunidense para a Alemanha foi composta por dois caminhos complementares. O primeiro, de cunho militar, estava intimamente conectado com a ideia de uma Aliança Atlântica. O segundo, de viés econômico, buscava gerar a interdependência econômica entre os interesses europeus (franceses, sobretudo) e os alemães.

Para a execução dessa tarefa, verificou-se o estabelecimento da parceria estratégica com os Estados Unidos, transformando o inimigo de outrora em aliado preferencial. Cogitada para ser desindustrializada e tornar-se uma grande colônia agrícola<sup>23</sup>, a solução encontrada para a Alemanha foi bem mais suave e sofisticada, uma vez que considerou a experiência fracassada do revanchismo que remete ao passado remoto do pós-Primeira Guerra Mundial<sup>24</sup>. De rival o país do Eixo passou, após a ocupação militar e a garantia do apoio político, a ser tratado como peça fundamental do arranjo regionalista europeu. A porção ocidental alemã foi, assim,

---

<sup>22</sup> Ressalta-se nesta tese que toda vez que se mencionar Alemanha a referência feita será à República Federal da Alemanha, deixando de lado a República Democrática da Alemanha, que só veio a integrar esta sistemática quando foi unificada à RFA.

<sup>23</sup> Henry Morgenthau Jr. foi Secretário do Tesouro Americano à época, que não se confunde com seu contemporâneo, o realista acadêmico Hans Morgenthau, autor do clássico livro "A Política das Nações". O conhecido Plano Morgenthau, apresentado em 2 de setembro de 1944, foi uma das soluções analisadas pelo Departamento de Estado norte-americano para equacionar o belicismo alemão na Europa. Previa, dentre 14 itens, a desindustrialização completa do país, sua divisão em duas nações independentes, uma no norte e outra no sul, as regiões ricas em carvão deveriam ser internacionalizadas ou anexadas por Estados vizinhos e a submissão dos alemães a trabalhos forçados como forma de reparar os danos causados no conflito mundial. O Plano nunca foi implementado e foi abandonado completamente em 1946.

<sup>24</sup> Keynes (2002) alertava para as consequências econômicas da paz feita sob inspirações beligerantes e conflitivas em livro escrito em 1919.

transformada na grande vitrine do capitalismo ocidental, por meio do projeto americano de desenvolvimento a convite (MEDEIROS, 2004).

A posição privilegiada dos aliados alemães foi garantida pela domesticação militar, que também foi ambígua. O perigo e o trauma que as forças germânicas representavam para as elites europeias foram capazes de gerar consenso entre as potências estrangeiras sobre a sua desmobilização. Tanto que o exército alemão foi desativado logo após a rendição incondicional, mas por um curto período. Pouco tempo depois, essa condição foi significativamente alterada. Havia certa preocupação se apenas os dólares da recuperação econômica seriam viáveis para concretizar ligações sólidas entre alemães e os europeus. Temia-se pela neutralidade política germânica na bipolaridade da Guerra Fria. Assim, o rearmamento alemão foi incentivado pelos norte-americanos e encetado, dentro de uma margem de segurança aceitável, em meados da década de 1950.

Mesmo a vocação defensiva das forças armadas alemãs já deixava os outros Estados em alerta. Com o fracasso iminente, da Comunidade Europeia de Defesa, o rearmamento alemão mostrava-se inevitável, mas em moldes multilaterais. Assim, em primeiro lugar, veio a entrada germânica na União da Europa Ocidental, em 1954, ocasionando toda uma reformulação desta instituição. Posteriormente, em segundo lugar, veio o acesso da Alemanha Ocidental à OTAN, como membro pleno, em 1955. Desde então com uma orientação eminentemente defensiva, as forças armadas germânicas ganharam novos contornos com o fim da Guerra Fria<sup>25</sup>.

A defesa do rearmamento alemão pelos Estados Unidos vinculava-se também à penetração econômica do capital monopolista estadunidense. O caminho econômico estava interligado ao militar. Garantido o controle sobre as pretensões germânicas beligerantes, a Alemanha Ocidental transformou-se em um campo fértil para a proliferação dos capitais estadunidenses e seu espraiamento por todo o continente, por vezes, fusionado ao capital alemão. O apoio hegemônico à

---

<sup>25</sup> Ainda que a presença estadunidense em seu território legitime as coalizões internas e a inserção internacional pacífica, com o beneplácito e o controle hegemônico, a orientação bélica da Alemanha modificou-se, pois aos Estados Unidos interessava o apoio germânico para que os custos de suas guerras imperiais fossem divididos com seus aliados, reafirmando a subordinação desses, ainda que em outros moldes. Dessa forma, em que pese os protestos causados pelo ressurgimento militarista alemão, contou-se com a subserviência da burguesia local, vinculada ainda às orientações estadunidenses em matéria de segurança. Em 12 de julho de 1994, o Tribunal Constitucional Alemão revogou a proibição constitucional e permitiu a participação de tropas alemãs em missões internacionais. A primeira foi realizada na Bósnia, em 1995, por soldados alemães sob os auspícios da ONU. Em 1999, sob o comando da OTAN, as tropas germânicas intervieram em seu primeiro combate internacional desde a Segunda Guerra Mundial. Em 2002, foi enviado contingente alemão para batalhas fora da Europa, mais precisamente no Afeganistão.

reconstrução possibilitou a rápida restauração da bonança econômica em um modelo voltado para o comércio exterior e à competição internacional. Mesclaram-se medidas ortodoxas e heterodoxas, em uma tolerância condescendente dos Estados Unidos, o que a colocava, assim como toda a região, em uma posição destacada, fora dos ditames ortodoxos do padrão dólar-ouro. Os elevados investimentos diretos garantiam a presença americana na economia germânica, a qual crescia por meio de instrumentos protecionistas, como controle do câmbio (desvalorização induzida); barreiras tarifárias fora do comércio intraeuropeu; criação de um espaço econômico em que era superavitária; e subsídios ao comércio e à produção. A prosperidade germânica atendia também, e principalmente à penetração dos capitais estadunidenses não apenas na economia alemã, mas nas europeias como um todo. É na República Federal da Alemanha, devido ao ciclo de acumulação ser mais intenso, que os investimentos estadunidenses apresentavam crescimento mais sólido. Sem embargo, não é fortuito, por exemplo, que a Alemanha tenha ocupado posição pivô na dinâmica capitalista regional.

Em meio a esta dinâmica simbiótica e contraditória que se dá entre a subordinação militar e o ganho econômico na relação entre Alemanha e Estados Unidos, fica evidente a conclusão das elites germânicas pela inviabilidade de um projeto alemão exclusivamente nacional, como fora pensado outrora e permeara a questão alemã, um dos grandes fatores de instabilidade do último século. A fração burguesa no comando estatal, a democrata cristã conservadora em aliança com os liberais<sup>26</sup>, entendeu que, perante a reconstrução do pós-guerra, seus interesses estariam potencializados mediante este arranjo, que lhes garantia o domínio econômico regional, mas com subjugação militar, deixando explícitos os limites do crescimento germânico<sup>27</sup>. Portanto, a parceria estratégica com os Estados Unidos colocou a Alemanha em uma posição crucial no continente, ancorando a prosperidade regional na força comercial e produtiva alemã. Assim, equacionou-se o imbróglio do lugar do Estado alemão na Europa e, ao mesmo tempo, promoveu-se a necessária

---

<sup>26</sup> Em setembro de 1949, Konrad Adenauer, da CDU, partido democrata-cristão, foi conduzido ao cargo de Primeiro-Ministro, articulando uma coalizão com o então Partido Alemão (DP) e o partido liberal (FDP).

<sup>27</sup> Abandonava-se o projeto de projeção imperialista das elites alemãs, conhecido na historiografia como *Weltpolitik*, que seria a política alemã para o mundo, de acordo com seus interesses. Setores nacionalistas e conservadores da sociedade, que lideravam o país desde sua unificação territorial no final do século XIX, entendiam que a sobrevivência de um Estado alemão centralizado e forte no centro da Europa passava por uma projeção de poder em proporções mundiais, seguindo os passos de seus congêneres anglo-saxônicos (BRAGA, 1999).

recuperação econômica da região, o que, paulatinamente, fortaleceu novamente a posição dos capitais dentro do sistema de poder local.

### **O regionalismo europeu e a integração regional via União Europeia**

O entrelaçamento dos três sustentáculos narrados amalgamou a emergência do regionalismo europeu do pós-Segunda Guerra. Ainda assim, não havia um consenso em torno da nova reinserção, mas havia polêmicas acerca da viabilidade dessa estratégia. Dois fatores foram fundamentais para angariar certo consenso para acordos econômicos multilaterais. O primeiro foi imposto pelos Estados Unidos, o Plano de Recuperação Econômica, conhecido como Plano Marshall, apresentado em junho de 1947, e a Organização Europeia de Cooperação Econômica, formada em 16 de abril de 1948, os quais exigiram o concerto dos países para o recebimento e a distribuição dos recursos. Ambos desempenharam papel nuclear na pavimentação das bases políticas, incentivando a saída conjunta para a recuperação econômica. Como o reerguimento célere dependia inexoravelmente do apoio hegemônico, a saída encontrada foi pela via de uma composição pragmática entre os interesses dos capitais estadunidenses e de parcelas das burguesias europeias, em favor da liberalização dos controles estatais rumo ao liberalismo econômico, cuja proeminência é norte-americana.

A formação de uma plataforma conjunta de entrada no sistema multilateral estadunidense de dominância das práticas econômicas, de cunho político-econômico liberal, era vista por parcelas significativas das burguesias nacionais como um espaço favorável, fértil à reprodução dos capitais, sem as barreiras burocráticas e sociais existentes internamente. “Os norte-americanos confiavam que o processo de reconstrução, apesar de suas dificuldades, se traduziria na restauração dos regimes capitalistas liberais por toda Europa.” (BLOCK, 1989, p. 119, tradução nossa). Por isso, verificou-se a gestação de um ambiente externo bem mais voltado à liberdade dos capitais do às amarras da economia interna, como a projeção de um futuro mercado comum.

Dentro desse universo regionalista, uma miríade de iniciativas foi pensada. Fundamentalmente, elas deveriam ser de cunho econômico e concebidas em bloco,

ou seja, com o escopo de encontrar alternativas para a promoção da recuperação econômica, principal preocupação do contexto. Com o peso do poderio estadunidense em suas costas, os europeus até ensaiaram alguns movimentos mais autônomos. Divergências pontuais cintilavam em relação à maneira como deveria ocorrer a reinserção econômica conjunta.

Uma manifestação embrionária da nova tendência veio do discurso do conservador Winston Churchill, clamando pelos Estados Unidos da Europa, em 19 de setembro de 1946, em palestra proferida em Zurique. Nota-se que a ideia do britânico estava atrelada a uma concepção voltada à cooperação intergovernamental nos moldes de uma confederação, contrária a órgãos supranacionais, conforme exposta na proposta do Movimento Europa Unida. Em sentido pontualmente divergente, caminhavam os entusiastas do federalismo. Criou-se logo em 17 de dezembro de 1946, na França, a União dos Federalistas Europeus. A sutil oposição entre projetos britânicos e franceses ficou rapidamente evidente, em um debate aparente entre confederação e federação. Apesar de ainda hoje existente, ele é inócuo, pois em muito pouco ou em quase nada se refletiu no desenvolvimento da institucionalidade da União Europeia (MILWARD, 2000). Ademais, a discussão da forma de organização política dos Estados não toca, nem marginalmente, o cerne da integração econômica, o qual tinha objetivos claros de criar espaços de livre reprodução dos capitais, independentemente do concerto político. Tanto federalistas quanto confederalistas convergiam, sobretudo, no caráter conservador<sup>28</sup>, que eclipsou as teses socialistas de união<sup>29</sup>. Essa tendência pautou as conferências e os acordos internacionais estabelecidos posteriormente com vistas à cooperação.

Em virtude disso, como maneira de organizar politicamente os passos conjuntos seguintes após o ressurgimento econômico, foi convocado, pelo Comitê de Coordenação dos Movimentos para a Unidade Europeia, o Congresso de Haia<sup>30</sup>, ocorrido entre os dias 7 e 11 de maio de 1948, com vistas à cooperação política, a

---

<sup>28</sup> René Courtin, democrata-cristão francês, criou o Conselho Francês para uma Europa Unida, em 1º de junho de 1947, o qual posteriormente se fundiu à União Europeia dos Democratas Cristãos, em 1965.

<sup>29</sup> Como exemplo pode-se elencar o Movimento para os Estados Unidos Socialistas da Europa, pensado no Reino Unido e fundado em 3 de junho de 1947, vindo a ser renomeado em 1961 como Esquerda Europeia.

<sup>30</sup> Foi uma importante reunião de líderes europeus (que contou com a presença do Reino Unido e de outros países que não viriam a fazer parte da CEECA), na qual o pacifismo e a postura antissoviética foram os parâmetros políticos, enquanto que o multilateralismo liberal foi o norte econômico. Esse encontro serviu como embrião para iniciativas posteriores relativamente autônomas, como a União Europeia Ocidental, de cunho político-militar, a Organização Europeia de Cooperação Econômica, de viés econômico, e o Conselho da Europa, de prisma político.

qual foi conduzida pelo pensamento conservador das elites europeias. Presidido por Winston Churchill e na presença de 800 delegados, discutiu-se a criação de uma assembleia deliberativa europeia e de um conselho europeu que cuidasse da integração política e econômica do continente, e nele se defendeu que a futura união deveria estabelecer a livre circulação de mercadorias e capitais. Retomavam-se em parte as percepções liberais da década de 1930, que concebiam a integração europeia como uma união econômica e monetária, o que permitiria contornar a soberania nacional e serviria de barreira de proteção às tentações protecionistas, ou até socialistas, dos governos. Preconizou-se a adoção de uma carta dos direitos do homem<sup>31</sup> e a fundação de um tribunal de justiça<sup>32</sup> que a garantisse. Nesse âmbito reacionário, os embates entre as propostas britânica e francesa ficaram aclarados e variavam apenas em moldes formais insignificantes. Dos arranjos acertados emergiram duas correntes.

A primeira, de influência britânica, defendeu e efetivou a criação do Conselho da Europa<sup>33</sup>, firmado em 5 de maio de 1949. Esse organismo fomentaria o estreitamento político em parâmetros intergovernamentais de uma confederação, nos termos britânicos. Pelo viés econômico, dentro do ideário e em contraposição ao prisma comunitário, fomentou-se a Área de Livre Comércio Europeia, a EFTA<sup>34</sup>, que veio a ser criada em 4 de janeiro de 1960, na Suécia, com base na isenção de tributos aduaneiros aos envolvidos, o que incentivou e intensificou as trocas comerciais.

A segunda, da burguesia francesa, almejava um processo mais aprofundado, de inspirações federalistas, com organismos dotados de competências mais amplas. Essa vertente colheu resultados posteriores e foi aquela que viabilizou a integração que viria a se concretizar na União Europeia. Suas diretrizes

---

<sup>31</sup> A Convenção sobre Direitos do Homem e de Liberdades Fundamentais foi assinada pelos países europeus em 4 de novembro de 1950, em Roma, na Itália.

<sup>32</sup> Esse tribunal atende pelo nome de Corte Europeia de Direitos Humanos, com sede em Estrasburgo, desempenhando papel fundamental na salvaguarda de direitos humanos no continente. Sua atuação guarda vínculos estreitos com o Conselho da Europa e suas decisões surtem, desde a entrada em vigor dos Tratados de Lisboa, efeitos em âmbito comunitário.

<sup>33</sup> O Conselho da Europa é uma organização internacional, que não se confunde com os órgãos da União Europeia, Conselho Europeu e Conselho da União Europeia, e cuja sede fica na cidade de Estrasburgo (França). Seu objetivo é político, como o fomento dos direitos humanos, do desenvolvimento da democracia e da estabilidade político-social no continente. Possui atualmente 47 membros. Possui órgãos próprios, dentre os quais se destaca a Corte Europeia de Direitos Humanos.

<sup>34</sup> A sigla EFTA em inglês significa *European Free Trade Area*. Seus membros eram Reino Unido, Suécia, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suíça e Portugal, países que não haviam aderido à Comunidade Econômica Europeia, em 1957. Em 1961, houve a entrada da Finlândia, em 1970, da Islândia, e em 1991, de Liechtenstein. Atualmente, os membros remanescentes são Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, por não terem aderido à União Europeia.

materializaram-se na Declaração Schuman<sup>35</sup>, de 9 de maio de 1950, cujo artífice foi Jean Monnet<sup>36</sup>. Assim, encetou-se a gradualidade prevista com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 23 de julho de 1952<sup>37</sup>, cujo objetivo era a pacificação da região conflituosa entre França e Alemanha, cujo embrião foi a administração multilateralizada das indústrias de matérias-primas para a guerra, o carvão e o aço. Inicialmente, a previsão de construção gradual e convergente guiou-se pelo aspecto econômico, mas a ele não se restringia, ambicionando acordos políticos que, todavia, não se materializaram.

Se não se obteve êxito na questão política e na de defesa, os concertos voltados à cooperação econômica ganhavam robustez, sendo a integração norteadas por esse prisma. A Comunidade do Carvão e do Aço, a primeira iniciativa comunitária, uniu-se à Comunidade Econômica Europeia (CEE) e à Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), as quais entraram em vigor em 1º de janeiro de 1958, e as três juntas formaram as Comunidades Europeias, a partir de sua unificação orgânica em 1965. De acordo com o Relatório Spaak<sup>38</sup>, o desenvolvimento das instituições, a fusão progressiva das economias, a criação de um mercado comum e a harmonização das políticas sociais deveriam ser as metas perseguidas. Dessa forma, a consolidação comunitária aconteceu em um movimento gradual, cuja guia era dado pela via da integração econômica, apesar de não guardar correspondência em experiências anteriores<sup>39</sup> que não sejam no campo da retórica.

A integração econômica via União Europeia foi um vetor do regionalismo europeu pensado como um espaço econômico externo aos âmbitos nacionais, no qual se daria um tratamento livre ao comércio, aos serviços e aos capitais, diferentemente

---

<sup>35</sup> A Declaração Schuman foi proferida pelo Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, em 9 de maio de 1950, na qual já estavam presentes as ideias da gradualidade e setorização da integração, as quais partiriam da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) para a consecução de um mercado comum. A condição necessária para seu êxito era a aproximação estratégica entre França e Alemanha.

<sup>36</sup> Mesmo sem ocupar um cargo oficial, Jean Monnet, francês, foi o responsável pela articulação com os Estados Unidos que resultou nas primeiras iniciativas da integração europeia. Para mais sobre o processo europeu ver Monnet (1986).

<sup>37</sup> Esta data refere-se à entrada em vigor do documento, o qual foi elaborado e assinado pelos Estados membros ainda em 18 de abril de 1951.

<sup>38</sup> Paul-Henri Spaak foi o político belga que presidiu a Conferência de Messina, na qual ficaram estipuladas as bases para o aprofundamento da integração regional, a partir da criação da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia de Energia Atômica.

<sup>39</sup> As únicas iniciativas com certo êxito no sentido de unificação política durante este interregno foram a unificação monetária alemã, que de união alfandegária, atingiu a integração territorial e política, marcada pela criação do Banco Central do Império, em 1876, e a estadunidense via expansão das Treze Colônias. Em contrapartida, as outras que se tem registro declinaram: como a União Monetária Latina, formada em 1866, por França, Suíça, Bélgica e Grécia, e a União Monetária Escandinava, constituída em 1872, por Suécia, Dinamarca e Noruega (EICHENGREEN, 2000).

do ambiente interno dos Estados, composto por controles de fluxo e regulações econômicas. Um laboratório, e ao mesmo tempo vitrine, do liberalismo em âmbito mundial (ANDERSON, 2012).

A latente influência do poder hegemônico na construção deste arranjo fez com que ele germinasse dentro da teia de dominância norte-americana, constituída por práticas internacionais e por meio de instituições formais, de alcance mais amplo, mundial, cuja dinâmica também se replica em âmbito menor e mais específico, regional. O caso europeu calca-se nessa lógica. Encetou-se, assim, o regionalismo que se baseou, em grande medida, em instituições, como as organizações internacionais regionais, e em práticas que se coadunavam com as aspirações dominantes, como as iniciativas de cooperação monetária e a adesão ao sistema multilateral de comércio e ao padrão monetário-financeiro dólar-ouro. Dentro desse universo, o projeto comunitário de integração econômica, que veio a concretizar-se formalmente na União Europeia, é mais um dentre um amplo leque de iniciativas congêneres. Ele foi e ainda é, todavia, o mais importante, muito em função desse vínculo umbilical com a vertente hegemônica. Atualmente, isso fica ainda mais visível não apenas na trajetória quase passo a passo que a União Europeia acompanha a OTAN rumo ao Leste Europeu, mas também na influência estadunidense dentro do bloco econômico, principalmente dentro de seus principais países.

### **Considerações Finais**

Diante do que foi exposto, é importante desfechar o artigo, sem a pretensão de esgotar o debate, mas, sim, de fomentá-lo no sentido da crítica ao arranjo europeu do pós-Segunda Guerra Mundial, capaz de explicar muito dos acontecimentos hodiernos.

A primeira consideração é contextualizar o processo dentro do sistema internacional de Estados, o qual passava por um momento de inflexão, com a ascensão dos Estados Unidos à dianteira do capitalismo mundial. Essa condição permitiu que eles expandissem sua dominância até a constituição de uma hegemonia, com a imposição de práticas e de instituições formais, configurando um multilateralismo próximo de seus anseios.

Dentro desse novo panorama, vem a segunda consideração, referente à posição inédita do continente perante o sistema internacional no imediato pós-1945, a qual colocou as burguesias locais em uma encruzilhada, considerando o avanço soviético pelo mundo. A solução veio a partir de um movimento de aproximação com os Estados Unidos, o que permitiu, em meio a algumas alternativas, a adoção de um regionalismo marcado por basicamente três pilares, como o político, que veio fomentar o Estado de bem-estar social, o militar, a Aliança Atlântica e o geopolítico, que ancorou a economia regional à da Alemanha, em sua porção ocidental, tratada, então, não mais como inimiga, mas como parceira estratégica.

Esse arranjo cristalizou a reinserção metropolitana e subordinada da Europa Ocidental no sistema internacional a partir de 1945 colocou o continente, pois a região, ao mesmo tempo que permaneceu no núcleo de acumulação capitalista mundial, mantendo posses coloniais e influência sobre todo o globo, foi obrigada a aceitar a tutela e as imposições dos Estados Unidos, poder hegemônico, que se projeta em uma condição de sócio majoritário no condomínio do poder mundial, ao qual a Europa está subordinada. Ainda que haja um essencial entrelaçamento de capitais entre os dois aliados, que muitas vezes obnubila diferenças, restou aos territórios europeus uma posição não totalmente soberana.

Assim, verifica-se que a terceira consideração se volta para a vertente mais reluzente desse regionalismo que encontrou na integração econômica comunitária sua maior expressão. Todo o trajeto, desde a gestão até o amplo desenvolvimento recente do projeto que desaguou na União Europeia, revela a constituição de um laboratório de experiências liberais, anticomunista, criado ainda em condições inóspitas (no imediato pós-guerra), mas que ficou germinando por muito tempo, como uma contrapartida ao bem-estar social dos âmbitos nacionais, até poder florescer com a ascensão do neoliberalismo e o fim da Guerra Fria. Esse processo atingiu o ápice pelas décadas de 1990 e 2000, com a consolidação e expansão da União Europeia e de sua área monetária comum, até começar a perder pujança e a entrar em ocaso, com o estouro da crise econômica de 2008 e de todo o rescaldo que dela até hoje ainda se sente no plano internacional.

Em suma, a retrospectiva aqui realizada é fundamental para a compreensão do momento e dos rumos que a história faz questão de jogar diante de nossos olhos.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **El nuevo viejo mundo**. Madri: Ediciones Akal S.A., 2012.

BALASSA, Bela. "Monetary Integration in the European Common Market". IN: BALASSA, Bela (ed.). **European Economic Integration**. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1975, p. 175-224.

BAUMANN, Zygmunt. **Europa: uma aventura inacabada**. Trad. De Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BLOCK, Fred. **Los Orígenes del Desorden Económico Internacional**. La política monetaria internacional de los Estados Unidos, desde la Segunda Guerra Mundial hasta nuestros días. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989.

BRAGA, José Carlos. "Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado". In: FIORI, José Luís C.(Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p. 191-222.

BRAUDEL, Fernand. Europa à conquista do planeta. IN: BRAUDEL, Fernand. **A Europa**. Lisboa: Terramar Editores, Distribuidores e Livreiros, 1996, pp.87-114.

CASTRO, Antônio Barros de. **O Capitalismo ainda é aquele**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

COX, Robert. "Questões Estruturais de um Governo Global: implicações para a Europa". IN: GILL, Stephen. **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 367-406.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2012.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

HABERMAS, Jürgen. "O Estado-Nação Europeu frente aos desafios da Globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania". **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 43. Novembro de 1995, pp. 87-101.

HELLEINER, Eric. **States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to global finance**. Cornell University Press, 1994.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado: processo de transformação do sistema capitalista de Estados**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

- JOXE, Alain. "Atlantismo e a crise do Estado europeu: a crise militar". IN: POULANTZAS, Nicos. **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. 275-318.
- KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Tradução de Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. "A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China". IN: FIORI, Jose Luis (org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.139-178.
- MILWARD, Alan. **The Reconstruction of Western Europe 1945-1951**. London: Routledge, 1984.
- MILWARD, Alan. **The European Rescue of the Nation-State**. London: Routledge, 2000.
- MONNET, Jean. **Memórias: a construção da unidade europeia**. Trad. De Ana Maria Falcão. Brasília: EdUnB, 1986.
- OSORIO, Luiz Felipe. Um estudo crítico da União Europeia: contradições de seu desenvolvimento institucional e normativo. 2015. **Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional) - UFRJ**, Rio de Janeiro, 2015.
- OSORIO, Luiz Felipe Brandão. "Integração Econômica via União Europeia: lições para o MERCOSUL?" **Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **União Europeia- os desafios, a crise e o futuro da integração**. Editora Campus Elsevier: Rio de Janeiro, 2014.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As Origens de Nossa Época. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012.
- POULANTZAS, Nicos. **Hegemonía y Dominación en el Estado Moderno**. México, Ediciones Pasado y Presente, 1969.
- POULANTZAS, Nicos. "A Internacionalização das Relações Capitalistas e o Estado-Nação". IN: POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 45-96.
- TREIN, Franklin. "Uma ideia de Europa". IN: MOSCARDI, J. e CARDIM, C. (Orgs.). **II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: Europa**. Brasília: Funag, 2008.
- VAN DER PIJL, Kees. **The Making of an Atlantic Ruling Class**. London/New York: Verso, 2012.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

## NOTAS DE AUTOR

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Luiz Felipe Osório** - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

### FINANCIAMENTO

Este artigo está no bojo do projeto “Transformações e impactos do capitalismo global no século XXI: crises, conflitos e direitos emergentes”, financiado pelo Edital Chamada Universal do CNPq.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### HISTÓRICO

Recebido em: 14-08-2023

Aprovado em: 30-09-2023